ISSN: 2358-8829

ECOLOGIA E SUSTENTABILIDADE: educação ambiental no contexto do extrativismo do babaçu

Cledson Oliveira dos Santos [1]

1 INTRODUÇÃO

A crise ambiental contemporânea coloca em discussão não apenas os limites ecológicos do planeta, mas também as relações sociais que, historicamente, orientaram as formas de apropriação da natureza e de organização do trabalho. Nesse sentido, pensar a ecologia e a sustentabilidade exige ir além de concepções que restringem o debate à conservação dos recursos naturais ou à adoção de práticas individuais, uma vez que os problemas ambientais estão diretamente relacionados às condições históricas, econômicas e sociais em que a vida se organiza.

Para compreender essa realidade, é necessário considerar as contradições do modo de produção capitalista, que transforma a natureza em mercadoria e subordina a reprodução da vida aos interesses da acumulação. Entretanto, essas contradições não se manifestam apenas na exploração dos recursos naturais e do trabalho, mas também nas experiências de resistência construídas por sujeitos que, em seus territórios, desenvolvem outras formas de produzir, trabalhar e se relacionar com a natureza.

No Brasil e na América Latina, por exemplo, a apropriação da natureza está historicamente associada à concentração fundiária, à propriedade privada dos meios de produção e aos processos de expropriação territorial. No entanto, essas relações não surgiram de maneira isolada, pois foram constituídas no interior de estruturas coloniais e patriarcais que, desde a colonização, estabeleceram formas desiguais de acesso à terra, ao trabalho e aos bens naturais (Lamosa, 2010; Marques, 2015).

Ao longo do desenvolvimento capitalista, tais estruturas foram reorganizadas, dando continuidade a diferentes formas de exploração e controle dos territórios. Por essa razão, entendemos que para se discutir sustentabilidade atualmente, também é necessário considerar as relações de propriedade, as desigualdades sociais e os conflitos que atravessam a vida das populações que dependem diretamente da natureza.

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA/UNEB) Universidade do Estado da Bahia - BA, cledsonoliveirasantos@gmail.com

É nesse cenário que as experiências das quebradeiras de coco babaçu ganham importância. Essas mulheres, por meio do trabalho cotidiano, constroem conhecimentos e formas de organização que articulam o uso dos recursos naturais, a cooperação e a preservação ambiental. A coleta, a quebra e o beneficiamento do babaçu envolvem técnicas corporais, aprendizagens transmitidas entre gerações e conhecimentos desenvolvidos na relação direta com a natureza.

Além disso, essas atividades carregam uma dimensão educativa, pois envolvem a observação dos ciclos naturais, a partilha de experiências e a responsabilidade coletiva pelo uso das palmeiras. Assim, no município de Pindobaçu, na Bahia, essas experiências constituem o foco desta investigação. Ao considerar o cotidiano das quebradeiras, torna-se possível compreender que a educação ambiental não acontece somente nas instituições escolares, mas também nos espaços comunitários, nas relações de trabalho e nas práticas culturais construídas ao longo das gerações (Almeida, 1995; Barbosa, 2016).

Desse modo, manejar o babaçu não significa apenas conhecer suas possibilidades de utilização, mas também compreender os tempos da natureza, reconhecer os conhecimentos herdados e participar das relações sociais que sustentam a vida coletiva. Nesse processo, os saberes produzidos pelas quebradeiras não podem ser considerados inferiores aos conhecimentos científicos sistematizados, uma vez que também resultam de experiências históricas, da observação e da relação concreta com o território. Trata-se de conhecimentos que são construídos e compartilhados no trabalho, nas relações familiares e na convivência comunitária.

Portanto, a aprendizagem não se limita à transmissão de técnicas de manejo, pois envolve valores, formas de cooperação e maneiras de compreender a relação entre sociedade e natureza. Por outro lado, reconhecer essas práticas apenas por sua contribuição à preservação ambiental, sem considerar as condições sociais em que são realizadas, pode reforçar uma compreensão limitada da sustentabilidade (Layrargues, 2003; Sá Barret, 2022).

Afinal, isso ocorre porque determinados discursos, especialmente aqueles vinculados aos interesses empresariais, valorizam a conservação da natureza sem necessariamente questionar as relações de exploração e desigualdade que sustentam o modelo de desenvolvimento vigente.

Nesse sentido, em diálogo com as contribuições de Luiz Marques, esta pesquisa considera a crítica à expansão ilimitada da produção e da acumulação capitalista,

destacando a necessidade de reconhecer os limites ecológicos diante do agravamento das crises ambientais. Indo além diante dessas questões, compreender a relação entre sociedade e natureza exige mais do que identificar as contradições entre forças produtivas e relações de produção (Marques, 2015).

Assim, é preciso observar como essas contradições se manifestam na vida cotidiana e de que maneira os sujeitos sociais constroem possibilidades de resistência e transformação. Nessa direção, as experiências das quebradeiras de coco babaçu permitem discutir a relação entre trabalho, educação ambiental e sustentabilidade a partir das condições concretas em que essas mulheres vivem e desenvolvem suas atividades.

Seguindo nessa tessitura, reafirmamos que as práticas das quebradeiras de coco babaçu de Pindobaçu apresentam elementos importantes para compreender como o trabalho extrativista, a organização comunitária e a circulação de saberes podem contribuir para a construção de relações com a natureza que não se orientam exclusivamente pela lógica da apropriação privada dos bens comuns. Ao mesmo tempo, essas experiências precisam ser compreendidas em suas contradições, considerando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, as relações de trabalho e as disputas que atravessam seus territórios (Barbosa, 2016; Farias, 2025).

A partir dessa realidade, surge a seguinte questão: de que maneira as práticas extrativistas das quebradeiras de coco babaçu de Pindobaçu constituem processos de educação ambiental e contribuem para o fortalecimento da autonomia feminina, da sustentabilidade e da defesa do território?

Com base nessa problemática, o objetivo deste estudo é compreender as relações entre organização coletiva do trabalho, manejo ambiental e produção e circulação de saberes nas práticas das quebradeiras de coco babaçu do município de Pindobaçu, Bahia. Para tanto, a pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico-dialético e adota uma abordagem qualitativa, utilizando a observação direta, a análise documental e a revisão crítica da literatura. Com isso, busca-se compreender as quebradeiras como sujeitos históricos que, por meio do trabalho, da cooperação e dos conhecimentos construídos em suas experiências cotidianas, participam da preservação da sociobiodiversidade e da construção de práticas educativas relacionadas à defesa da vida e do território.

DESENVOLVIMENTO

Compreender a educação ambiental no contexto do extrativismo do babaçu exige reconhecer as relações históricas entre trabalho, natureza, território e formação dos sujeitos campesinos.

Portanto, as práticas das quebradeiras de coco babaçu ultrapassam a coleta e o beneficiamento dos recursos naturais, envolvendo experiências de organização comunitária, produção de conhecimentos, construção de identidades e reprodução das condições materiais de existência. Nesse movimento, o trabalho assume uma dimensão educativa, constituída nas relações cotidianas entre as mulheres, suas famílias e o território (Barbosa, 2016).

Ademais, em Marx (2013), o trabalho constitui uma atividade fundamental na relação entre sociedade e natureza, mediante a qual os seres humanos transformam o ambiente e suas próprias condições de existência. Entretanto, sob o capitalismo, essa relação encontra-se subordinada às exigências da acumulação, produzindo contradições entre a apropriação privada dos meios de produção e as necessidades coletivas. No extrativismo do babaçu, essas contradições manifestam-se nas disputas territoriais, nas restrições de acesso às palmeiras e nas condições de realização do trabalho.

Conforme Almeida (1995), a organização das quebradeiras expressa conflitos que ultrapassam a dimensão econômica do extrativismo, envolvendo direitos territoriais, reconhecimento social e defesa das formas tradicionais de utilização da natureza.

Nesse sentido, a resistência aos cercamentos representa uma luta pela continuidade das condições de existência das comunidades. A sustentabilidade, portanto, não pode ser compreendida exclusivamente pela conservação dos babaçuais, mas pelas relações sociais que possibilitam às trabalhadoras permanecer, produzir e participar das decisões sobre seus territórios.

Entretanto, compreender essas experiências na comunidade de Carnaíba, município de Pindobaçu, Bahia, exige reconhecer particularidades históricas que não podem ser equiparadas às realidades das quebradeiras do Maranhão, Piauí ou de outras regiões brasileiras.

Considerando a unidade contraditória entre o universal e o particular, essas mulheres compartilham determinações históricas relacionadas ao acesso à terra, ao trabalho e à organização coletiva, embora suas experiências se constituam em condições territoriais distintas. Em Pindobaçu - Ba, a presença histórica da atividade garimpeira participa da organização econômica, das relações de trabalho e das formas de apropriação da natureza,

constituindo relações de força e processos de construção de hegemonia com particularidades em relação ao extrativismo do babaçu.

Nesse contexto, a coexistência entre o garimpo e o extrativismo evidencia diferentes formas de apropriação dos recursos naturais, organização do trabalho e construção de concepções de mundo.

Não se trata de estabelecer uma oposição simplificada entre essas atividades, mas de compreender as contradições que atravessam suas condições de realização. Interessa, portanto, investigar como diferentes sujeitos sociais disputam a direção econômica, política e cultural do território, produzindo consensos, resistências e formas distintas de pertencimento à natureza e à comunidade (Fontes, 2014).

Por outro lado, a exploração mineral na região, especialmente as atividades garimpeiras e a extração de mármore, suscita questionamentos sobre a relação entre interesses econômicos, preservação ambiental e reprodução da vida comunitária. As iniciativas apresentadas como responsabilidade socioambiental, a exemplo da distribuição de cestas básicas e da entrega de mudas, precisam ser examinadas quanto à sua efetividade.

Embora possam atender a necessidades imediatas, essas ações pontuais não substituem políticas de recuperação ambiental, participação comunitária e planejamento de longo prazo. Nessa perspectiva, tais iniciativas podem constituir mecanismos de legitimação da presença empresarial no território, produzindo uma aparência de compromisso ambiental sem necessariamente transformar as relações de exploração e apropriação da natureza.

Em diálogo com Kosík (1976), a crítica da pseudoconcreticidade permite compreender como manifestações imediatamente percebidas como benefícios comunitários podem ocultar contradições históricas e sociais. O problema não reside na distribuição desses benefícios, mas em sua possível apresentação como respostas suficientes aos impactos ambientais e às necessidades das futuras gerações.

Diante dessas contradições, as experiências das quebradeiras permitem problematizar os projetos de desenvolvimento que disputam a direção do território. Enquanto a exploração mineral se organiza predominantemente em torno da extração de recursos destinados à valorização econômica, o extrativismo do babaçu também incorpora conhecimentos tradicionais, relações de pertencimento e práticas de reprodução comunitária, embora não esteja isento das contradições capitalistas.

Entende-se, portanto que a defesa das palmeiras e das condições ambientais necessárias à continuidade da vida constitui, assim, uma possibilidade de resistência e afirmação dos sujeitos campesinos (Almeida, 1995; Barbosa, 2016).

Da mesma forma, a construção da identidade das quebradeiras em Carnaíba apresenta desafios relacionados ao reconhecimento social do extrativismo. Em uma comunidade onde essas trabalhadoras são frequentemente identificadas apenas como catadoras ou "meninas da associação", reconhecer-se como quebradeira de coco babaçu representa um movimento de afirmação da identidade campesina.

Essa passagem não constitui simplesmente uma mudança de denominação, mas envolve o reconhecimento do trabalho, dos conhecimentos tradicionais e das experiências de resistência historicamente construídas. Entretanto, diferentemente de regiões onde as quebradeiras constituíram movimentos sociais organizados, em Carnaíba esse processo de organização política ainda enfrenta dificuldades de consolidação.

Embora existam experiências associativas e formas de cooperação comunitária, elas não representam necessariamente a constituição de um movimento social com identidade coletiva reconhecida. Nesse contexto, a aproximação com as reivindicações históricas pelo Babaçu Livre pode contribuir para ampliar o debate sobre direitos territoriais, acesso às palmeiras e organização política, respeitando as particularidades da comunidade.

Como expressão das contradições presentes na divisão social do trabalho, essa dificuldade de reconhecimento evidencia relações de subalternidade que também se manifestam nas dimensões políticas e culturais.

No entanto, a construção dessa identidade envolve, portanto, relações de classe, gênero e raça, especialmente quando as mulheres negras e nordestinas reivindicam o direito à palavra, à participação comunitária e ao reconhecimento de suas experiências. Segundo Barbosa (2016), os conhecimentos das quebradeiras relacionam-se ao trabalho, à transmissão intergeracional dos saberes e à organização comunitária. Reconhecer os períodos de coleta, identificar as condições das palmeiras e aproveitar os componentes do babaçu envolve aprendizagens historicamente construídas.

Entretanto, esses processos educativos também compreendem a solidariedade, a participação e o enfrentamento coletivo das dificuldades. Em diálogo com Lamosa (2010), torna-se necessário questionar concepções de educação ambiental limitadas à preservação dos recursos naturais ou à mudança de comportamentos individuais. A

problemática ambiental encontra-se vinculada às relações de propriedade, à exploração do trabalho e às desigualdades sociais.

Defender os babaçuais implica, portanto, discutir quem controla a terra, quem se apropria dos resultados do trabalho e quais sujeitos participam das decisões territoriais. Assim, em diálogo com Marques (2015), compreender a sustentabilidade exige ultrapassar concepções fundamentadas exclusivamente no crescimento econômico. Em Carnaíba, a educação ambiental, articulada à agroecologia e à Educação do Campo, pode contribuir para o reconhecimento das quebradeiras como sujeitos históricos.

Ser quebradeira de coco babaçu significa mais do que coletar e beneficiar o coco: representa afirmar-se como mulher, trabalhadora e sujeito político, reivindicando o direito à organização coletiva e à permanência no território. A defesa das palmeiras constitui também a defesa da memória, da identidade campesina e da continuidade da vida das filhas e dos filhos da Mãe Palmeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A palavra de ordem hoje, no campo da ecologia e entre as quebradeiras de coco babaçu de Pindobaçu, Bahia, passa pelo reconhecimento nacional dessas mulheres como integrantes dos povos e comunidades tradicionais. É nessa reivindicação que ganha força um projeto de luta que também coloca em discussão o verdadeiro sentido da sustentabilidade.

Esse processo, atravessado por desconfianças, incertezas e desafios, vem abrindo caminhos para o fortalecimento da identidade coletiva e para uma compreensão mais ampla das contradições que marcam suas condições de vida e trabalho. Reconhecer-se como guardiãs da Mãe Palmeira é motivo de orgulho, mas também significa afirmar uma história construída pelo trabalho, pelos saberes e pela resistência.

Entretanto, esse reconhecimento não encerra as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, especialmente diante do cercamento das terras, da degradação ambiental, da atuação das mineradoras e das restrições de acesso aos babaçuais. É justamente diante dessas contradições que precisamos situar a discussão sobre a sustentabilidade, compreendendo que a preservação da natureza não pode estar separada da defesa das condições de existência das comunidades.

Nesse sentido, conhecer as experiências das quebradeiras de outros estados, onde o movimento possui uma trajetória histórica e política mais consolidada, tem alimentado a

esperança e ampliado as possibilidades de organização e luta pelo Babaçu Livre em Pindobaçu.

Nesse percurso, a consciência política vai sendo construída nas experiências cotidianas, quando as dificuldades antes vividas individualmente passam a ser compreendidas como problemas coletivos. Assim, em defesa em nome Mãe Palmeira ganha novos sentidos, pois envolve também a luta pelo trabalho, pelo território e pelo direito de nele permanecer.

É nesse movimento, ainda marcado por desafios e contradições, que as quebradeiras constroem sua práxis política e fortalecem o reconhecimento de si como sujeitos históricos de direitos. Suas experiências nos levam, portanto, a questionar uma concepção de sustentabilidade que valoriza a preservação da natureza, mas nem sempre considera as mulheres, seus conhecimentos e as condições materiais necessárias à continuidade de seus modos de vida.

Palavras-chave: Ecologia. sustentabilidade. educação Ambiental. quebradeiras de Coco Babaçu.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quebradeiras de coco babaçu: Identidade e Mobilização. **III Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu**, São Luís. 1995.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Na terra das palmeiras: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Jundiaí, **Paco Editorial**: 2016

FARIAS, Adriana Medeiros; EVANGELISTA, Olinda. EDUCAÇÃO, ESTADO AMPLIADO E HEGEMONIAS. **Revista Amazônida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, *[S. l.]*, v. 10, n. 2, p. 1–6, 2025. DOI: 10.29280/rappge.v10i2.18543. Disponível em: https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/18543. Acesso em: 16 out. 2026.

FONTES, Virgínia Fontes; MIRANDA, Ary Carvalho. Pensamento crítico e as populações do campo, da floresta, das águas e... das cidades. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, *[S. l.]*, v. 8, n. 2, p. Pág. 305–316, 2014. DOI: 10.18569/tempus. v8i2.1527. Disponível em: https://www.tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/1527. Acesso em: 15 out. 2026.

LAMOSA, Rodrigo. **A educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital**: um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ). Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2010.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: **O processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

LAYRARGUES, Philippe. **A natureza da ideologia e a ideologia da natureza: elementos para uma sociologia da educação ambiental**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Sociologia, IFCH. Unicamp: 2003.

SÁ BARRETO, Eduardo Ecologia marxista para pessoas sem tempo / Eduardo Sá Barreto — São Paulo: **Usina Editorial**, 2022.